



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS
COORDENAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição, por meio de Sistema de Registro de Preços de peças de uniformes., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	Descrição	IDENT. CATMAT	UNID	QUANT	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	Valor Máximo Aceitável por unidade	VALOR TOTAL ITEM
1	1	Camisa Manga Longa Fiscalização Feminina	150284	Pç	400	80	400	R\$ 235,00	R\$ 94.000,00
	2	Camisa Manga Longa Fiscalização Masculina	150284	Pç	1400	280	1400	R\$ 235,00	R\$ 329.000,00
	3	Camisa Manga Curta Fiscalização Feminina	150284	Pç	400	80	400	R\$ 219,95	R\$ 87.980,00
	4	Camisa Manga Curta Fiscalização Masculina	150284	Pç	1400	280	1400	R\$ 219,95	R\$ 307.930,00
SUB TOTAL GRUPO 1									R\$ 818.910,00
2	5	Calça Feminina	32190	Pç	400	80	400	208,28	R\$ 83.312,00
	6	Calça Masculina	141267	Pç	1400	280	1400	208,28	R\$ 291.592,00
SUB TOTAL ITEM 2									R\$ 374.904,00
TOTAL GERAL R\$									R\$ 1.193.814,00

- 1.2. As especificações das peças de uniformes encontram-se no ANEXO IV deste Termo de Referência.
- 1.3. O detalhamento acerca das aplicações gráficas no uniformes encontra-se no ANEXO V deste Termo de Referência.
- 1.4. Fichas Técnicas e Ilustrações encontram-se no ANEXO VI deste Termo de Referência.
- 1.5. O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento congênere, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.
- 1.6. O início da execução será definido quando do aceite, do recebimento da ordem de serviços ou da retirada do instrumento equivalente ao contrato, observando-se ainda que não se pagará por serviços ainda não executados, mesmo que o contrato já esteja vigente;
- 1.7. Foi utilizada, para elaboração do presente Termo de Referência, a minuta modelo do site da AGU atualizada em junho de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência e nas características do objeto constantes do item 1.2 deste documento e seus subitens.

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 4.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Por se tratar, o objeto, de peças de uniformes para servidores que atuam em atividades de fiscalização da ANTT, sobretudo pelas caracterizações e descrições inseridas neste instrumento e que se referem ao Manual Técnico de Uniformes, elaborado exclusivamente para a Agência pelo SENAI, a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensada, nos termos do §1º do art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, e pelas mesmas razões, não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP).

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 5.1. Deverão ser adotados os critérios de sustentabilidade abaixo descritos, quando for possível:
- 5.1.1. bens constituídos preferencialmente, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- 5.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 5.1.3. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilizem materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

6. DA AMOSTRA/PROTÓTIPO PARA AFERIÇÃO DA QUALIDADE DOS PRODUTOS OFERTADOS PELA LICITANTE COM O MENOR LANCE

6.1. A apresentação das amostras/protótipos visa à aferição da qualidade dos produtos ofertados pela licitante com o menor lance e, será realizada conforme cronograma abaixo:

Descrição	Prazos máximos
Data inicial para contagem de prazo.	Aceite da proposta vencedora
Prazo para a contratada obter junto aos fiscais da contratação peças modelo de cada	2 dias úteis

item de uniforme a ser fornecido.	
Prazo para apresentação pela Licitante vencedora de protótipos das peças que serão entregues para a Contratante em Brasília DF	15 dias úteis
Prazo para a fiscalização da contratação analisar os protótipos recebidos, avaliar e informar as alterações, porventura necessárias à Contratada.	2 dias úteis
Caso o protótipo não seja aprovado e necessite de ajustes a licitante vencedora terá novo prazo para apresentar as correções sugeridas.	5 dias úteis

6.2. Entende-se o termo amostra/protótipo como sendo um exemplar completo, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado neste Termo de Referência e em seus anexos.

6.3. A equipe de planejamento da contratação fará análise objetiva da qualidade do tecido apresentado, aviamentos e tamanhos das amostras em comparação com as especificações contidas nos anexos deste TR.

6.4. Caso o licitante vencedor não apresente proposta dentro do prazo estipulado pelo certame e não solicite sua dilação antes de seu vencimento, sua proposta será desclassificada.

6.5. No caso da amostra apresentada pela licitante ofertante do melhor lance não for aceita pela área demandante, o pregoeiro convocará o próximo licitante detentor de proposta válida, obedecida a classificação na etapa de lances, até que um licitante cumpra os requisitos previstos neste Edital e seus anexos.

7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

7.1. O prazo de entrega será de até 90 (noventa) dias, contados da assinatura da ordem de fornecimento (ANEXO III), que conterá a grade de tamanhos e modelagens para as peças de vestuário e os endereços das respectivas unidades regionais da ANTT (ANEXO II) a serem entregues.

7.1.1. O cronograma de prazos para entrega obedecerá a seguinte dinâmica:

Descrição	Prazos máximos
Data inicial para contagem de prazo.	Dia de assinatura do ordem de fornecimento
Prazo para a contratada obter junto aos fiscais da contratação peças modelo de cada item de uniforme a ser fornecido.	5 dias
Prazo para apresentação pela Contratada de protótipos das peças que serão entregues para a Contratante em Brasília DF, conforme tabela inserida no subitem 8.3	30 dias
Prazo para a fiscalização da contratação analisar os protótipos recebidos, avaliar e informar as alterações, porventura necessárias à Contratada.	5 dias
Caso sejam aprovados os protótipos, será aberto o prazo para a entrega dos itens de uniformes que será de 50 dias. Caso não sejam aprovados os protótipos, será dada à empresa Contratada mais 15 dias para nova apresentação de protótipos com as alterações solicitadas pela fiscalização do contrato.	Se aprovado, 50 dias para entrega definitiva. Se não aprovados 15 dias para nova apresentação de protótipos.
Após a nova apresentação de protótipo a Contratante terá 5 dias para fazer a nova análise.	5 dias
Estando aprovados os protótipos, na segunda apresentação, a Contratada terá 30 dias para a entrega definitiva o objeto, obedecendo ao inserido na tabela de tamanhos e localidades a serem entregues da ordem de fornecimento respectiva. (Os locais de entrega poderão ser quaisquer dos endereços das Unidades Regionais ou da Sede em Brasília, DF.	30 dias
Prazo máximo total	90

7.2. A apresentação das amostras/protótipos visa à aferição da qualidade dos produtos ofertados pela licitante com o menor lance e, será realizada conforme o seguinte:

7.2.1. conformidade da composição dos tecidos, entretelas, fios, etiquetas, empregados na confecção das peças de uniformes;

7.2.2. conformidade da cor do tecido e de suas aplicações;

7.2.3. qualidade do acabamento das costuras;

7.2.4. conformidade das medidas das peças, observando-se a tolerância admitida nas "tabelas de medidas" apresentadas no subitem 1.2 deste termo.

7.3. Entende-se o termo amostra/protótipo como sendo um exemplar completo, com o fim de ser analisado quanto à conformidade com o especificado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

7.4. No caso da amostra apresentada pela licitante ofertante do melhor lance não for aceita pela Contratante, o licitante vencedor será desclassificado e estará sujeito a penalidades e multas de acordo com o estabelecido no Edital.

7.5. o pregoeiro convocará o próximo licitante detentor de proposta válida, obedecida a classificação na etapa de lances, até que um licitante cumpra os requisitos previstos neste Edital e seus anexos.

7.6. Poderá ser solicitada pela Contratada e analisada pela fiscalização do contrato a extensão do prazo de entrega, após a aprovação dos protótipos, por até 45 dias.

7.6.1. Este pedido de extensão deverá ser apresentado no máximo até um dia do vencimento do prazo já estabelecido.

7.7. Os bens serão recebidos provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, no prazo de 10 (dez) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

7.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

7.9.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

- 8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e em seus anexos;
- 8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.3. Fornecer em até 5 dias corridos, após a assinatura da Ordem de Fornecimento (ANEXO III), para a Contratada, peças modelo de cada item de uniforme a ser fornecido.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 9.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes na ordem de fornecimento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 9.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 9.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

9.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;.

9.3. Observados os prazos de entrega estabelecidos no cronograma inserido no subitem 6.1.1. a contratada deverá apresentar protótipos dos tamanhos descritos na tabela a seguir, para avaliação e aprovação prévia pela fiscalização da Contratante, na cidade de Brasília (DF), a qual terá o prazo de até 5 (cinco) dias, para avaliar e informar as alterações, porventura necessárias, estando este prazo computado no prazo total previsto no Edital para a entrega.

ITEM	Descrição/Especificação	QTD	TAMANHOS
1	Camisa Manga Longa Fiscalização Feminina	3	36, 40 e 44
2	Camisa Manga Longa Fiscalização Masculina	3	36, 40 e 44
3	Camisa Manga Curta Fiscalização Feminina	3	36, 40 e 44
4	Camisa Manga Curta Fiscalização Masculina	3	36, 40 e 44
5	Calça Feminina	3	36, 40 e 44
6	Calça Masculina	3	36, 40 e 44

9.3.1. Caso os protótipos esteja de acordo com as exigências da Contratante e em conformidade com as medidas fornecidas neste Termo de Referência, poderão fazer parte do fornecimento, desde que estejam em perfeitas condições de uso no ato da entrega.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

11.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

12.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo licitante vencedor.

13.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5Q, § 32, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

13.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a ANTT.

13.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

13.6. Antes de cada pagamento à licitante vencedora será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

13.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do licitante vencedora, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da ANTT.

13.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

13.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a ANTT deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do licitante vencedora, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.10. Persistindo a irregularidade, a ANTT deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à licitante vencedora a ampla defesa.

13.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o licitante vencedora não regularize sua situação junto ao SICAF.

13.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

13.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

13.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I - (TX)	I = $\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438
	365	TX = Percentual da taxa anual = 6%

14. DO REAJUSTE

14.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

14.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Preços para o Consumidor Amplo - IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto nº 1.054, de 1994):

$R = V (I - I_0) / I_0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I_0 = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

14.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

- 14.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 14.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 14.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 14.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
15. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 15.1. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual serão estabelecidos no Edital de Licitação.
16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - fraudar na execução do contrato;
 - comportar-se de modo inidôneo;
 - cometer fraude fiscal.
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- 16.2.2. Multa moratória de 0,15% (quinze centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 16.2.3. Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 16.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 16.2.5. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- 16.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem 16.2.5 também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
- 16.4. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.4, 16.2.5 e 16.2.6 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 17.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:
- 17.1.1. Valor Global: conforme tabela do item 1.1 deste TR.
 - 17.1.2. Valores Unitários: conforme tabela do item 1.1 deste TR.
- 17.2. O critério de julgamento da proposta é o menor preço global.
- 17.3. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18.
- ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS
- 18.1.
- O custo estimado para a aquisição é de R\$ 1.193.814,00 (um milhão, cento e noventa e três mil oitocentos e quatorze reais).
19.
- DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.
- 19.1.
- A dotação orçamentária da contratação será indicada no Edital de Licitação.

ANEXO I - PLANILHA DE PREÇOS

GRUPO	ITEM	Descrição	UNID	QUANT	Valor Unitário	VALOR TOTAL ITEM
1	1	Camisa Manga Longa Fiscalização Feminina	Pç	400		
	2	Camisa Manga Longa Fiscalização Masculina	Pç	1400		
	3	Camisa Manga Curta Fiscalização Feminina	Pç	400		
	4	Camisa Manga Curta Fiscalização Masculina	Pç	1400		
SUB TOTAL GRUPO 1						
2	5	Calça Feminina	Pç	400		
	6	Calça Masculina	Pç	1400		
SUB TOTAL GRUPO 2						
TOTAL GERAL R\$						

ANEXO II

ENDEREÇOS DE ENTREGA

Endereços	Contatos locais
Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT End: Setor de Clubes Esportivos Sul - SCES, lote 10, trecho 03, Projeto Orla Polo 8 - Cep: 70200-003 - Brasília - DF Tel: (61) 3410-1000 CNPJ: 04.898.488/0001-77	Daniel Antonio da Mota Araújo; Jose Eduardo Canavezes Souza.
UNIDADE REGIONAL DE SÃO PAULO – URSP End: Rua Formosa, 367 - Centro – CEP: 01049-911 São Paulo/SP Tel: (11) 3556-4700 CNPJ: 04.898.488/0004-10 -	Fábia Maria.
UNIDADE REGIONAL DO PARANÁ End: Av. Victor Ferreira do Amaral, 1500 – Tarumã CEP 82800-000 - Curitiba - PR Tel: (41) 3361-7300 ramal 7324	Adailton Meireles Machado
UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO – URRJ End: Av. Marechal Câmara 160 – 11º andar, Bairro Centro – Ed. Le Bourget Cep: 20020-080 - RJ Tel: (21) 3504-4700 CNPJ: 04.898.488/0005-09	Lisangela Jorge Carioca Santos
UNIDADE REGIONAL DE SANTA CATARINA – URSC End: Rua Felipe Neves, 413 - Bairro Canto – Florianópolis - SC Cep: 88070-760 Telefones: Coord. Administração e Finanças - (48) 3281-4500 Coord. Fiscalização Cargas e Passageiros - (48) 3281-4500 Coord. Infraestrutura Rodoviária - (48) 3281-4500 CNPJ: 04.898.488/0010-68	Fabiana Carvalho da Silva; Ana Carolina Macedo Lübcke.
UNIDADE REGIONAL DO MATO GROSSO End: Av Jules Rimet, s/n, andar superior, bairro Senhor dos Passos - Cuiaba, MT Futura sede: R. Joaquim Murtinho, 1400 - Centro Sul, Cuiabá - Mato Grosso, 78020-290	Sandro Rogério Fuloni
UNIDADE REGIONAL DE GOIÁS End: Rua 44, nº 399, Módulo de Sala Administrativa nº P 48, Terminal Rodoviário Dom Fernando Gomes dos Santos – Setor Central - Goiânia/GO - CEP: 74063-010	Eduardo Costa Borges
UNIDADE REGIONAL DE MINAS GERAIS – URMG End: Av. José Cândido da Silveira, 1200, Bairro Horto/Florestal,	Davi Laurence Prezoto Gomes

CEP: 31035-536, Belo Horizonte/MG. CNPJ: 04.898.488/0003-39	
UNIDADE REGIONAL DO CEARÁ – URCE End: KM 06 BR 116, S/N, Bairro Cajazeiras Fortaleza - CE Telefone: 085-3388-8100 CEP 60.864-012	Francisca Verônica Jucá de Moraes

Obs. Os endereços acima poderão ser alterados caso existam mudanças na estrutura da ANTT que acarretem o deslocamento de unidades para outros endereços nas mesmas cidades.

ANEXO III
ORDEM DE FORNECIMENTO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	ORDEM DE FORNECIMENTO Nº _____/20____					
	Processo nº 50500_____					
	Nota de Empenho _____					
Unidade Organizacional a ser entregue /Endereço de Entrega _____						
CEP 70.200-003 Telefone (xx) - _____ Email: _____						
Empresa Contratada: _____						
CNPJ _____						
Endereço _____ Cidade _____ UF _____						
CEP _____	TEEFONE _____	EMAIL _____				
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº _____						
GRUPO	ITEM	Descrição	UNID	QUANT	Valor Unitário	VALOR TOTAL ITEM
1	1	Camisa Manga Longa Fiscalização Feminina	Pç			
	2	Camisa Manga Longa Fiscalização Masculina	Pç			
	3	Camisa Manga Curta Fiscalização Feminina	Pç			
	4	Camisa Manga Curta Fiscalização Masculina	Pç			
SUB TOTAL GRUPO 1						
2	5	Calça Feminina	Pç			
	6	Calça Masculina	Pç			
SUB TOTAL GRUPO 2						
TOTAL GERAL R\$						

* Acompanhará essa ordem de serviços uma planilha com as grades de tamanhos (42,44,46,48 etc.) de cada item para cada Unidade Organizacional a ser entregue.



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Gerente Substituto (a)**, em 25/10/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO COELHO CORDEIRO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, em 25/10/2022, às 17:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **KARINA GOMES DE SENA SELLA, TÉCNICO EM REGULAÇÃO**, em 26/10/2022, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO JOSE MARRA, Superintendente de Gestão Administrativa / Ordenador de Despesas**, em 27/10/2022, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **14076077** e o código CRC **CAA6EA74**.

Referência: Processo nº 50500.402616/2019-77

SEI nº 4434563